



ENTREVISTA: EMILY MACHADO

PESQUISADORA DA UFBA REVELA
MOTIVAÇÕES PARA CASOS DE BIGAMIA NO
ATLÂNTICO PORTUGUÊS

Clarissa Pacheco

Mestre em História (UFBA)



<https://orcid.org/0009-0008-4547-7001>

Christiane Gurgel

Mestranda em História (PPGH-UFBA)

O que leva alguém a cometer o delito de bigamia, ainda mais em um contexto de grande vigilância sobre o comportamento das pessoas, como foi durante a atuação da Inquisição? A doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA) Emily de Jesus Machado vem se fazendo essa pergunta desde os tempos de graduação, quando se deparou com processos de bigamia cometidos por mulheres em Salvador e na Bahia. Instigada por esses casos, Emily passou a estudar mais de uma centena de processos que estiveram sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa entre os séculos XVI ao XIX,





envolvendo delitos cometidos por mulheres na América Portuguesa, nas ilhas do Atlântico, colônias portuguesas na África e no próprio reino. Sua dissertação de mestrado deu origem recentemente ao livro **Mulheres inquietas: a bigamia feminina no Atlântico português (séculos XVI-XIX)**, publicado em 2022 pela Edufba. Na entrevista a seguir, a pesquisadora fala da sua trajetória acadêmica, da importância dos instrumentos de fomento à pesquisa, traz à luz as histórias incríveis de várias mulheres acusadas de bigamia entre 1536 e 1821 e fala do seu desafio atual: desvendar as motivações masculinas para o mesmo delito.

Emily de Jesus Machado é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Possui licenciatura, bacharelado em História também pela UFBA e é mestre em História pela mesma universidade. Entre 2022 e 2023, realizou estágio doutoral na Universidade de Lisboa – Portugal com bolsa CAPES-PrInt, sendo investigadora visitante junto ao Instituto de Ciências Sociais. É membro do grupo de pesquisa Claustro - Religiões e religiosidades no Mundo Atlântico, sediado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Integra como pesquisadora os projetos de pesquisa "Disciplinando almas, disciplinando a sociedade - a Igreja na Bahia colonial", sediado na UFBA, e "Semear a fé, ordenar o mundo. Construção e desenvolvimento da malha paroquial na diocese da Bahia (1551-1822)", na UFRB.

Conte um pouco sobre a sua trajetória como historiadora. O que te motivou a entrar no curso e como você definiu o seu tema de pesquisa?

Fazer o curso de História sempre foi uma coisa que eu queria muito desde o ensino médio. Sempre gostei de História na escola, sempre achei muito empolgante. Mas, desde o ensino médio, no início dos anos 2000, eu sentia muita falta de ouvir sobre pessoas comuns. Na sala de aula, a história ainda era muito aquela história dos presidentes, os grandes feitos. Não tinha gente, gente parecida comigo, sabe? Faltavam mulheres, faltavam pessoas pobres. Pobres só apareciam sendo derrotados em tudo quanto é tipo de coisa. Então, eu tinha muita curiosidade sobre essas camadas populares.



E eu amava História, amava dar aula para os meus colegas de ensino médio, aula de reforço sobre História. Então, entrei para o curso e logo nos primeiros semestres, nos primeiros momentos ali nas aulas de História Antiga, lembro muito da aula de história greco-romana com a Lígia Bellini em que as mulheres já começaram a aparecer, e eu pensei: ‘Olha, gostei! Agora, eu estou me vendo nessa história, eu estou me encontrando’. E ali, no primeiro semestre, comecei pensar: ‘Eu gosto disso, gosto de falar da história das mulheres’.

Isso foi afunilando, e lá entre o quarto e o quinto semestre, eu peguei as disciplinas de História Moderna. Foi um período que achei fascinante, era um período em que se misturavam as mudanças e uma continuidade de coisas no sentido de comportamentos. História Moderna I com Evergton [Sales] foi muito interessante e pensei: ‘Quero estudar mulheres e quero estudar nesse período aqui’. Eu só não sabia quais mulheres ainda. E aí, eu conversei com Evergton. Essa comunicação com os professores, para a gente que está começando a pesquisa, é muito importante para não decidir tudo sozinho. Evergton me mandou um e-mail com o link de um processo que estava no Arquivo Nacional Torre do Tombo, de uma mulher bígama de 1591 aqui em Salvador, que morava na Rua Direita, onde hoje é o Santo Antônio, e falou: ‘Acho que você vai gostar disso aqui!’.

Do que se tratava o processo?

Eu li aquele processo e me encantei porque era uma mulher, Antônia de Barros, que, para se livrar de um marido que hoje a gente consideraria abusivo – mas, para a época, era perfeitamente normal – atravessa o Atlântico, traz um amante junto e casa com o amante aqui em Salvador. E quando a Inquisição chega aqui com toda aquela pompa, aquela circunstância, Salvador era uma cidade minúscula ainda na época, era 1591, ela vai se confessar. E ela conta a história



dela de tal forma que convenceu que ela era uma pobre mulher que não sabia o que estava fazendo, porque era frágil, era pecadora, e ela saiu do processo sem nenhuma punição. E esse é o ponto, olha a estratégia dela. O inquisidor ainda não sabia, mas ia ficar sabendo, porque os vizinhos sabiam, a comunidade sabia, então era melhor ela contar e o inquisidor saber por ela do que ouvir pela boca dos outros. E como os vizinhos sabiam? Porque o caso dela era excepcional – é o caso que eu contei no artigo que eu escrevi para a Folha de S. Paulo. Ela largou um marido abusivo em Portugal, viajou para cá com um amante, casou com o amante, mas, passados 17 anos de relacionamento, esse segundo marido se tornou abusivo também. E aí, ela entrou na igreja da cidade e contou para todo mundo que ela era bígama, que aquele marido não era legítimo e que ela estava muito arrependida do crime. Ela contou a todo mundo para legitimar a separação. Confessou, se arrependeu e foi viver a vida dela. Então, quando a Inquisição chegou, eles iam saber disso, as denúncias iam chegar, nem que fossem as denúncias dos eclesiásticos. Se não fosse um vizinho, um padre iria contar. Então, ela gerou a própria narrativa, e uma narrativa de arrependimento: ‘Olha, eu fiz como uma pessoa frágil, de alma quebrada, facilmente conduzida ao pecado, mas depois eu me arrependi, e me arrependi tanto que estou vindo contar pela segunda vez’. Eu fiquei impressionada porque ela saiu ilesa. Eu gostei desse processo e fui procurar mais e encontrei outro caso, de Catarina, vizinha de Antônia da Rua Direita, a mesma estratégia.

Catarina também veio com um amante?

Não, a Catarina vem da Espanha, ela vai para Lisboa e de Lisboa vem para Salvador e se envolve com o sujeito para poder fazer a travessia, porque mulheres não podiam navegar sozinhas. Ela arranhou um rapaz para conseguir atravessar o Atlântico, atravessou com o sujeito, chegou aqui e largou ele. Coragem, né?



Todas essas mulheres foram tema do seu mestrado?

Os casos de Salvador, da Antônia, da Catarina e mais outras cinco ou seis foram meu PIBIC [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]. Eu passei quatro anos no PIBIC com Evergton e nesses quatro anos fiz um levantamento de todos os casos de bigamia na América Portuguesa. Trabalhei os casos da Bahia, que foram os casos da Antônia, Catarina e mais algumas outras. Daí, chegou a época de fazer o mestrado e, bom, a gente está vendo que essas pessoas circulam. Então, por que não? Eu expandi o olhar um pouquinho mais e abri para o Atlântico Português inteiro: a América Portuguesa, as ilhas atlânticas – Açores e Madeira, que também estavam sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa –, e os casos do Reino, da própria Lisboa. Todos esses estavam sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa. Eu abri para todos os processos de 1536 a 1821, as fontes principais foram os processos no Tribunal de Lisboa.

Quais foram as maiores dificuldades que você teve para poder fazer a pesquisa?

Honestamente, ler 146 processos inquisitoriais, porque são enormes [risos]! Mas estão digitalizados – 90% da minha pesquisa foi remota; outros 10% foram do meu período em Portugal. Eu fui para lá para o mestrado também, por um mês. O tempo que eu passei lá foi essencial para pensar a bibliografia e também algumas fontes, mas o principal foram os processos inquisitoriais. E uma coisa muito importante a se dizer é que não existe pesquisa, pelo menos para mim, não existe pensar uma pesquisa de tantos anos sem pensar nas bolsas de fomento. Foram quatro anos de bolsa PIBIC CNPq, dois anos de bolsa de mestrado CNPq, mais quatro anos de bolsa de doutorado CNPq, mais seis meses



do sanduíche com bolsa CAPES-PrInt. Então, sem as bolsas, minha pesquisa não existiria.

Vamos falar um pouco do livro que você publicou em 2022, 'Mulheres inquietas: a bigamia feminina no Atlântico português (séculos XVI-XIX)'. Vendo seu trabalho, que passa por todo o Atlântico português, a gente se pergunta: que tipo de violência essas mulheres sofriam nessas viagens? Você conseguiu descobrir o que acontecia nesses navios com elas, nessas viagens longas, complicadas?

Nos navios em específico, não, porque os relatos que a gente tem a partir dessas mulheres são aquelas partes da história que elas escolhem revelar para o inquisidor, que é uma figura de autoridade, uma figura intimidadora. Então, ali também há uma estruturação de um discurso que é voltado para uma coisa específica. Elas não estão tentando contar muito da vida delas, estão tentando dizer o mínimo necessário para sobreviver àquela provação que está acontecendo ali. Mas, ao mesmo tempo, aquele interlocutor é um sujeito que quer que elas contem tudo e mais alguma coisa. Então, há muitos detalhes sobre os enlances amorosos, sobretudo aquilo que está em volta dos casamentos. Nos navios, há pouquíssimas coisas, mas as experiências de violência na vida em geral estão presentes o tempo inteiro. A vida da grande maioria daquelas mulheres era marcada por violência, desde a infância e de diversas formas. Era violência física na mão dos pais, meninas na idade mínima do casamento, que era de 11, 12 anos, já sendo obrigadas a se casarem, violência de cunho sexual, físico.

Para mim, foi uma parte muito complicada, às vezes, porque esse tipo de violência é muito comum agora. Claro que a gente faz todas as ressalvas como pesquisadora e a gente entende que são formas diferentes, mas enquanto mulheres, enquanto ser humano que está lendo um documento, é doloroso ver



uma mulher em 1600 sofrendo um abuso físico e sexual. Aí você para ali o seu dia, liga a televisão e está passando o jornal e tem um caso de uma mulher que está passando por um abuso físico. Às vezes, isso me fazia fechar o computador e dizer: 'Hoje não vai ter fonte, hoje não vai dar para separar a pesquisa do mundo real. Então, hoje a gente vai dar uma pausa e vai ler outra coisa'. Porque é uma realidade extremamente marcada pela minha luta.

O tipo de violência que essas mulheres sofriam acabava levando-as a cometer o delito da bigamia?

Boa parte delas, sim. Em boa parte, era a violência. Tenho um capítulo inteiro no livro sobre isso, só sobre bigamias que acontecem porque aquelas mulheres estavam fugindo de um primeiro marido que era abusivo – mas que na época era considerado perfeitamente normal, e elas é que eram consideradas erradas. Na época, o entendimento era de que o sujeito não estava fazendo nada além do que a obrigação dele, que era disciplinar a esposa através da porrada. Mas, para elas, era uma situação absurda. Outras situações que levavam à bigamia era quando elas se recusavam a casar com o sujeito que os pais escolheram, mas com alguém que elas queriam, e aquilo ali era o cúmulo da desobediência, né? E elas eram muito jovens. Tem o caso da Maria Coelha, que abre o primeiro capítulo, que mostra que ela, adolescente, com 15 anos, gostava de um rapaz, já tinha se envolvido um pouquinho com ele de forma ilícita. O pai e o padrasto dela decidem casá-la com o irmão mais velho desse rapaz, um sujeito velho, viúvo de duas mulheres, com vários filhos, do qual ela disse no processo que tinha nojo. E obrigaram ela a se casar. Ela vai para igreja chorando, não quer casar, o padre vê, obviamente, que a menina não quer, e ele não podia casar se não houvesse consentimento dos noivos. Daí, ela volta para casa, o pai e o padrasto a espancam, ela volta espancada para a igreja e diz sim, e o padre casa.



Só que ela foge com outro mais novo, cruza o Atlântico e segue a vida dela. É sempre um período muito longo entre a violência e o processo de reconstruir a vida. E depois do processo inquisitorial, depois da pena e punição, elas desaparecem, você não encontra mais documentos, porque bigamia é um delito de mulher pobre, de mulher das camadas populares.

Não tem processos de bígamas na elite?

Só dois, mas são casos completamente fora da curva, que só comprovam a regra. O caso das mulheres das camadas populares exige uma atuação delas muito forte: houve uma violência ou um casamento e elas resolvem sair, fugir, mudar de continente. A agência feminina é muito forte. Mesmo que no primeiro momento haja uma tensão familiar, o mundo feminino é um mundo em que elas decidem. Nos casos das mulheres de elite, tem o caso da Isabel. É o caso de uma mulher rica que vem para Salvador porque o padrasto assume um posto da governança local e decide casar ela com um sujeito. Ela casa tranquilamente, o rapaz foge, larga ela aqui, passam anos e se descobre que ele era bígamo. O padrasto se junta com o bispo para um novo acordo e arranja uma anulação, arranja um novo marido. Então, ela fica ali no papel dela, só cumprindo o papel de menina bem-criada e fazendo a vontade dos outros, porque aquele casamento era uma formação de alianças. Tanto que ela é inocentada [de bigamia]. Quando a Inquisição chega, fala: 'Não tem bigamia aqui, o cara é que era bígamo'. Não há bigamia e não há muita ação da parte dela.

Mas, como toda regra tem exceção, a gente tem o caso da Maria Viegas, castelhana de nascimento, da elite, e que é uma mulher absolutamente fora da curva. O pai dela chamou ela de "inquieta", que foi o deu nome ao livro, e jogou ela no recolhimento, que é onde começa o processo dela. Ela decide que vai se casar, se envolve com um sujeito que ela achou que era conde, casou sem



autorização do pai, às escondidas, e, depois do casamento, descobriu que o sujeito era servo do conde, era criado da casa. Ela vai entrar em um processo e aí você vê que é outra classe, porque ela tinha conhecimento das leis canônicas, sabia que, por ele ter fingido a identidade, aquilo era passível de separação. Ela tenta a anulação, mas não consegue, era muito difícil, mas consegue a separação. E ela quer se livrar da tutela paterna e tem uma parte do processo em que parece que ela se envolveu inclusive com um juiz de casamento, até conseguir a separação. Ela fica separada, o pai morre e quando isso acontece, ela precisa receber a herança. Só que viúvas têm um controle sobre o patrimônio muito maior do que separadas. Ela inventou um marido e matou o marido [risos]. Inventou que casou, inventou que o sujeito foi pra uma guerra na Espanha, que morreu na guerra e que agora ela era viúva. Ela recebe a porção da herança como viúva, só que o testamenteiro desconfia e isso chega no processo, inclusive que ela estaria envolvida com um clérigo. Ela não chegou a Salvador, vivia em Portugal e o processo dela é do século XVIII, de 1713.

Para as mulheres das classes populares, então, era uma forma de resistência, e também de buscar proteção masculina para algumas situações?

Sim, de resistência profunda aos critérios que aquela sociedade determinava sobre como deveria ser a vida feminina, qual era o papel delas. E era uma resistência aberta ao que era entendido na época como o papel comum, do lugar feminino de obediência e de sobreviver a todo tipo de violência. Elas eram mulheres que disseram: 'Não, obrigada, não vou obedecer a você, não vou viver espancada, não vou viver com um cara que eu não quero'. E algumas simplesmente não estavam mais a fim de ficar com aquele homem e acabou. Muitas não precisavam ter um motivo, às vezes elas só não queriam mais e pronto, e se permitiam não querer mais.



Você pode falar um pouco da relação dessas mulheres com o contexto da Inquisição?

A bigamia era um delito inquisitorial porque atentava contra o sacramento do matrimônio. O problema ali não era estar envolvida com outro homem sendo casada. Isso seria um delito de cunho eclesiástico, de adultério. A bigamia significava repetir o sacramento, mas só se casasse na porta da igreja, cumprindo todos os ritos, uma segunda vez. Isso desafiava a autoridade da Igreja, que determinava que o casamento era indissolúvel, eterno, só acabava com a morte. Isso era um desafio ao dogma, por isso era um delito inquisitorial, que desafiava a autoridade da Igreja de dizer o que era certo e o que era errado. E, na verdade, elas só queriam dar conta da vida delas e queriam fazer isso da forma que era melhor para elas, só que elas esbarravam na Igreja. E aí é que entra a punição, a maioria sofria. Eram punições geralmente pesadas. Tinha uma multa, açoites em praça pública, degredo. A Inquisição permite o degredo feminino para Angola e para o Brasil, o que não era permitido nem no Código Filipino, porque Angola era um território muito complicado, era uma praça militar. Por aí se vê que a bigamia era um delito muito grave à autoridade da Igreja.

Como foi o processo da feitura do livro? Você precisou adaptar muita coisa, mudar muito o texto em relação à sua dissertação?

O meu livro é 95% do que está na minha dissertação, é muito parecido. O processo passou, inicialmente, por um edital da Edufba – mais uma vez, a importância dos processos de fomento que a gente tem dentro da universidade. A Edufba fez um edital de 2019 para 2020 e eu fiz um processo de revisão. Adotei uma estratégia de escrita no mestrado que fosse o mais fluida possível, sem perder o rigor científico. Tentei escrever de uma forma que meu público fosse



tudo: desde um interessado em história até um graduando, até um doutor, na medida do possível. Tentei fazer isso usando uma linguagem fluida e manter isso usando uma linguagem que fosse tranquila, sem perder o cuidado com a erudição. E eu fiz uma concessão para mim mesma de trocar a introdução, que normalmente a gente faz de uma forma um pouco mais rigorosa, um pouco mais séria, para o mestrado. Eu tinha feito antes uma introdução mais literária, então eu troquei a introdução por essa que eu tinha feito antes, atualizei algumas palavras e, basicamente, foi isso. O livro saiu muito parecido. Não acrescentei imagens porque o edital não permitia, mas os gráficos foram mantidos.

No doutorado, você tem estudado a bigamia masculina. Que diferenças você identifica em relação ao delito da bigamia feminina?

Está se apresentando um universo completamente diferente. Então, se eu tinha alguma dúvida de que a bigamia feminina tinha tudo a ver com a resposta às vivências femininas, isso está absolutamente constatado. A bigamia masculina é outra coisa, é outro universo. Às vezes, muitas vezes, os homens são bígamos simplesmente porque eles querem. Tem um caso de um homem casado que precisa fugir de Lisboa porque se envolve em outro delito, de assassinato, deixa a esposa com o núcleo familiar e já entra no navio dizendo que é solteiro. Quando ele chega no Brasil, diz que é viúvo e se casa com outra mulher poucos meses depois porque ela oferece um dote muito bom. Às vezes, só precisava da vontade. A bigamia dos homens, muitas vezes, era pelo dote, ou porque se amigou, se enveredou com alguma mulher, colocou em jogo a honra dela e aí a família pressiona e diz: 'Ou casa, ou morre'. E aí, entre casar ou morrer, eles casam. Tem casamentos feitos na cadeia. Ou, então, eles são bígamos porque foram traídos pela primeira esposa e aí eles se dão o direito de achar que o casamento não vale mais.



Havia também muitas bigamias acidentais, nos dois casos. A gente está falando de gente que circulava o mundo. O império marítimo português era um mundo e as pessoas circulavam, as informações circulavam por meio de cartas, as informações chegavam muitas vezes de forma truncada. Às vezes, chegava uma informação de que a pessoa de fato estava morta. Então, a mulher vai lá, bota as vestes de viúva, tem certeza de que o marido morreu, e descobre depois que era outra pessoa que tinha morrido. Tem um caso de um bígamo que ficou tristíssimo porque recebeu várias informações de que a mulher tinha morrido, mas ela não tinha, era uma irmã dela. Esse mundo é muito grande e muito movimentado, eram os pobres que viajavam, que circulavam, então a bigamia era um delito de pessoas pobres.

Enfim, o tema do doutorado é um tema em aberto, mas é sobre bigamia. O número de processos, até o momento, é de 638 masculinos, além dos femininos. A metodologia está sendo um pouco diferente porque, no caso feminino, eu fiz uma leitura extensa de todos os 143 processos. Agora, eu estou fazendo uma análise um pouco mais quantitativa num primeiro momento. É a construção de uma base de dados de todos os processos e a tipologia da bigamia. Estou tentando montar uma tipologia, de onde eles partem, para onde vão, onde os delitos ocorrem, quem são, qual o estatuto social, de idade, dos bígamos. Todos os casos são de 1536 a 1821.